

## A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA, EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

Natasha Alves Correia Lima<sup>1</sup>  
Felipe Falcão Ribeiro<sup>2</sup>  
Nágela da Silva de Sousa<sup>3</sup>  
Maria das Dores Mendes Segundo<sup>4</sup>

### Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como se estabeleceu a agudização do processo de precarização do trabalho docente na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, envolto pela crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus e pela nova relação de ensino-aprendizagem delineada pelo ensino remoto. Apoiamo-nos na onto-crítica-marxiana, referencial que nos permite desvelar as contradições e os determinantes do real. Como base metodológica de nossos estudos utilizamos pesquisas bibliográficas e documentais. Observamos que a precarização do trabalho é um fenômeno inerente à ordem do capital e como tal, atinge todos os trabalhadores. No que tange à categoria docente, a precarização agravada pela pandemia do novo coronavírus e no contexto de ensino remoto, comprometeu consideravelmente o processo de ensino e de aprendizagem, pois, em síntese, o trabalho docente encontra-se centrado nas contradições do modo de produção capitalista, sendo regido pela relação capital *versus* trabalho de modo geral.

**Palavras-chave:** Pandemia do Novo COVID-19. Precarização do Trabalho Docente. Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

## THE PRECARIOUSNESS OF TEACHING WORK IN THE MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM IN FORTALEZA, IN TIMES OF PANDEMIC COVID-19

### Abstract

The objective of this article is to understand how the precarious process of teaching work in the Municipal Education Network in Fortaleza worsened, in the midst of the health crisis caused by the new coronavirus pandemic and the new teaching-learning relationship outlined by distance education. We base on the onto-marxian-criticism, a reference that allows us to unveil the contradictions and determinants of the real. As a methodological basis of our studies, we use bibliographic and documentary research. We observe that precarious work is a phenomenon inherent to the order of capital and as such affects all workers. Regarding the teaching category, the precariousness exacerbated by the new coronavirus pandemic and in the context of remote education, considerably compromised the teaching and learning process, because, in synthesis,

---

1 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). E-mail: [natasha.lima@aluno.uece.br](mailto:natasha.lima@aluno.uece.br)

2 Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [lipefalc96@gmail.com](mailto:lipefalc96@gmail.com)

3 Mestre em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). E-mail: [nagelasousa@hotmail.com](mailto:nagelasousa@hotmail.com)

4 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGEB) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: [mariadores.segundo@uece.br](mailto:mariadores.segundo@uece.br)

the teaching work is centered on the contradictions of the capitalist mode of production, being governed by the capital versus labor ratio in general.

**Keywords:** Pandemic of the New COVID-19. Precariousness of Teaching Work. Municipal Education Network of Fortaleza.

## Introdução

Hodiernamente, testemunhamos as contradições internas oriundas da lógica sistêmica do capital, baseadas na dominação, na individualidade, na alienação e na superexploração do trabalhador. Tal lógica é baseada na contínua expansão e na acumulação de capital. Tais contradições conjunturais podem ser observadas: pelo desemprego crônico, que submete os trabalhadores a condições cada vez mais precarizadas e humilhantes; pelo avanço da ultradireita, marcado pelo retrocesso de ideias democráticas; pela agudização das tensões sociais, observadas no aumento das opressões das minorias, pela miséria, pela fome, pela violência urbana, pelas guerras civis etc., ou seja, pela ampliação da barbárie que nos assola cotidianamente.

Tal cenário deve-se pela continuidade da crise econômica e social, fruto de uma nova fase de reordenamento do capital que devasta nossa atual forma de sociabilidade, caracterizada pelo capital monopolista-financeiro. No entanto, neste momento particular, vivenciamos uma conjuntura, nunca antes pensada pelo capitalismo moderno, situação que não é vivenciada pela humanidade nos últimos cem anos, vivemos em um período pandêmico. Contudo, não podemos comparar historicamente o período pandêmico da Gripe Espanhola de 1918, com o da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, responsável pela doença COVID-19, pois as forças e os processos produtivos não são equivalentes, visto que os avanços científicos não podem nem ser mensurados e/ou nivelados.

A atual conjuntura pandêmica estabelece-se no cenário de crise estrutural do capital<sup>5</sup>, e foi diante deste palco e das condições concebidas na sociedade capitalista que, Antunes (2020) observa a ocorrência da correlação entre a crise econômica e a propagação do novo coronavírus, que geraram profundos impactos e consequências a todos os indivíduos que dependem da força de trabalho para garantia de sua existência. No Brasil, antes da disseminação da pandemia, já

---

5 Segundo Mészáros (2000, p. 14), a cada crise é necessária uma maior intervenção do Estado, porém este tipo de intervenção tem um caráter paliativo, pois apenas amenizam as crises, gerando outras mais profundas sendo esta uma característica iminente do sistema do capital desde a seu surgimento. “A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos”.

verificávamos uma intensa exploração do trabalhador, além de uma acentuada precarização das condições de trabalho. Para o autor,

[...] é no solo da crise estrutural do capital que a pandemia vem se proliferando intensamente e, em poucos meses, já levou à morte milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores (ANTUNES, 2020. p. 19).

Ademais, no desdobramento do objeto, utilizaremos o método ontológico, inaugurado por Marx, pois constitui como a mais precisa ferramenta teórica para a apreensão e a compreensão do real e possível transformação radical e revolucionária da sociabilidade posta. Sendo assim, o pesquisador que adota este referencial metodológico deve ter ciência de que a realidade objetiva existe independentemente do sujeito e da investigação, que o objeto tem uma dinâmica própria. Em Marx, compreender um objeto do ponto de vista ontológico é entender seu ponto metodológico central, ou seja, sua origem e seu processo de desenvolvimento no movimento do real e suas determinações na totalidade concreta.

Nesta via, na perspectiva de entender as bases e as dimensões históricas da presente propositura, procuraremos compreender como se estabelece a agudização do processo de precarização do trabalho docente<sup>6</sup> na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, envolto pela crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus e pela nova relação de ensino-aprendizagem, delineada pelo ensino remoto no ano de 2020, com vistas a desvelar a relação entre o capital em crise e o processo de precarização do trabalho docente no Município Fortaleza. Para tanto, utilizaremos a onto-crítica-marxiana, tendo como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com vistas a elucidar contextualmente as contradições e os determinantes do objeto em questão.

Desta forma, para fins didáticos, reiteramos as condições estabelecidas no mundo do trabalho durante o período pandêmico, marcado pela intensificação da exploração da classe proletária, classe que mais padece e sucumbe à conjuntura pandêmica estabelecida. Em seguida, apresentaremos, de forma introdutória, como o desenvolvimento da precarização do trabalho docente constitui-se e agudiza-se no campo educacional. Por fim, explanaremos sobre o estabelecimento do ensino remoto na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, destrinchando as principais experiências de aprendizagem e as possibilidades de ruptura ou de continuidade, diante da crise estabelecida.

---

<sup>6</sup> “O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Evidenciamos que não é possível falar da educação sem termos o esclarecimento de como se constitui historicamente a formação do trabalhador, individual e coletivamente, sendo o trabalho ontológico o ponto de partida do debate e a sociedade capitalista o palco da produção e reprodução da realidade vivenciada pelos trabalhadores.

## 1 A pandemia e o mundo do trabalho

De acordo com a reportagem realizada por Ivana Kottasová para a CNN em meados de janeiro de 2021, o mundo ultrapassou a marca de mais 2 milhões de mortes por COVID-19. Este dado foi compartilhado pela Universidade Johns Hopkins pouco mais de um ano após a primeira morte relatada em Wuhan, na China, pelo novo coronavírus. Este marco, embora assustador, sinaliza que a realidade pode ter números bem mais expressivos,

[...] os especialistas dizem que o número real de mortos é provavelmente muito maior. Apenas as mortes confirmadas de Covid-19 são incluídas na contagem, o que significa que as pessoas que morrem sem um diagnóstico firme podem não ser incluídas (CNN, 2021, tradução nossa).<sup>7</sup>

Neste ínterim, a jornalista ressalta que diversos países do mundo não realizaram os testes contra a doença de forma adequada, o que pode acrescentar centenas de milhares de mortes à contagem. Kottasová (CNN, 2021), ao entrevistar Christopher Murray, diretor do *Institute for Health Metrics and Evaluation* da Universidade de Washington em Seattle, narrou que o pesquisador sugere que até um quinto das mortes por coronavírus podem não ter sido registradas. Conforme as palavras de Murray: “Descobrimos que, em média, o total de mortes é 20% maior do que as mortes relatadas [...] Existem casos extremos, como Equador, Peru ou Rússia, onde o total de mortes é 300-500% maior do que as mortes relatadas” (CNN, 2021, tradução nossa).<sup>8</sup>

Mesmo que diversos países tenham implementado programas de vacinação, diversas organizações internacionais apontam que talvez levemos anos para que a vacina seja ofertada a toda a população mundial. Na contramão da imunização em massa, a pandemia avança a cada dia. Se o primeiro milhão de vítimas fatais da COVID-19 foi atingido em 274

---

7 [...] experts say the real death toll is likely much higher. Only confirmed Covid-19 deaths are included in the tally, which means that people who die without a firm diagnosis may not be included (CNN, 2021).

8 “We have found that on average, total deaths are 20% higher than reported deaths [...] There are extreme cases such as Ecuador, Peru or Russia where total deaths are 300-500% higher than reported deaths.” (CNN, 2021).

dias, cerca de 9 meses após os primeiros casos terem sido reportados na cidade de Wuhan, o segundo milhão foi atingindo em exatos 108 dias, pouco mais de 3 meses (CNN, 2021).

Santos (2020, p.8), indica que a pandemia da COVID-19 agravou a situação de crise que a população mundial já vivenciava nos últimos 40 anos. O autor, ao afirmar que “[...] a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados”, leva-nos a refletir sobre o caráter classista, desvelado em períodos de catástrofes, de guerras ou de crises, como a que vivemos atualmente. Tal conjuntura pode ser observada ao notarmos: que grande parte dos infectados e mortos moram nas periferias ou favelas das grandes cidades, sem o mínimo de assistência básica; que muitos estão em situação de rua, não conseguindo obter as condições mínimas de salubridade com meios próprios; que em sua maioria são negros ou pardos, manifestando o recorte de raça; que as mulheres estão mais vulneráveis devido aos cuidados com os outros, ao mesmo tempo em que estão cada vez mais expostas à violência doméstica; que os trabalhadores precarizados, informais, autônomos, *uberizados* e desempregados, necessitam cotidianamente trabalhar ou buscar atividades que garantam sua subsistência mesmo expostos a ambientes de alto contágio do vírus. Neste sentido, Santos (2020, p.17) complementa que

Isso significa que eles dependem de um salário diário; mesmo os que possuem um emprego formal gozam de poucos benefícios contratuais. **A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome. As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas pensando numa classe média que é uma pequeníssima fração da população mundial.** O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia a dia para viver dia a dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger sua vida e a vida dos seus? **Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a escolha.** (SANTOS, 2020, p.17, grifos nossos).

Outrossim, Santos (2020) indica que no capitalismo neoliberal, as mais diversas áreas devem ser geridas pela iniciativa privada, pois como modelo de negócio do capital, este tem como intuito único: gerar o máximo de lucro aos investidores. Destarte, ressaltamos como a crise pandêmica foi vantajosa para as instituições financeiras internacionais, tais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Central Europeu, devido à inércia de ações governamentais eficientes ao combate da crise pandêmica do novo coronavírus, diversos países ocidentais tiveram que recorrer a empréstimos nestas instituições para arcar com gastos emergenciais durante a pandemia. Como consequências futuras, prevemos que num período pós-crise, mais políticas de austeridade serão aplicadas e maior será a precarização dos serviços públicos, como os de saúde e os de educação.

Neste ínterim, Antunes (2020, p. 10, grifos do autor) evidencia que a relação entre a crise econômica e a crise pandêmica gerarão impactos incomensuráveis à classe que vive do seu próprio trabalho para sobreviver, ressaltando que, dentre estes indivíduos, “[...] ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na *totalidade* da classe trabalhadora”, ou seja, se o desemprego, a terceirização, o trabalho intermitente e precarizado já eram situações habituais no cotidiano do trabalhador antes do período pandêmico, agudizaram-se durante a pandemia e em um horizonte próximo de superação desta nefasta doença só podemos esperar um cenário cada vez mais deplorável.

Antunes (2020) nomeia como *capital pandêmico* a trágica colisão entre o sistema do capital, a crise estrutural e a expansão do coronavírus. O autor ressalta que a classe burguesa possui instrumentos de defesa para esta catástrofe como insumos, vacinas, recursos hospitalares exclusivos etc., porém, na contramão, a classe proletária possui como único recurso a luta pela sobrevivência.

## 2 A precarização do trabalho docente: breve contextualização

O processo de precarização do trabalho, surge da possibilidade “[...] de que é possível o crescimento econômico sem a ampliação do número de empregos” (POCHMANN, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 1138), ou seja, esse processo estimula o aumento das desigualdades sociais, estando associado às contínuas exigências de flexibilização pelas empresas, que passam a tornar menos rígidos os contratos de trabalho.

Com a ajuda do Estado burguês, estas empresas aumentam o processo de precarização ao aprovarem reformas flexíveis nas legislações trabalhistas, como a aprovada no ano de 2017, no governo de Michel Temer, que sancionou a Lei 13.467/2017, estabelecendo mudanças significativas relativas: à jornada de trabalho; ao plano de carreira; aos acordos coletivos; à contribuição sindical; às férias; e inclusive à remuneração, com a justificativa de simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores. Porém, temos que ter ciência de que estas reformas legislativas nunca irão trazer vantagens à classe trabalhadora, ao contrário, irão fragmentar o movimento proletário e acirrar a disputa por empregos.

Antunes (2020), considera que o trabalho passa a ser cada vez mais flexível e digital, desprovido de direitos trabalhistas. Se antes do período pandêmico grandes parcelas da classe trabalhadora já exerciam sua atividade laboral com intensa exploração do trabalho a partir de subempregos, atividades precarizadas e *uberizadas*, a tendência é a ampliação da miserabilidade deste contingente populacional, inclusive no campo educacional.

A ampliação da precarização deu-se com a expansão de setores como os da tecnologia de informação e de comunicação que geraram

[...] um novo salto tecnológico e informacional no mundo da produção, tornando-o ainda mais automatizado e robotizado em praticamente todos os espaços das cadeias produtivas de valor (ANTUNES, 2020, p.24).

É contraditório que mesmo o trabalhador sendo cada vez mais explorado e precarizado durante o período pandêmico, ainda encontra elementos positivos para a defesa do *home office*<sup>9</sup>: “[...] como não precisar fazer os deslocamentos, ter maior liberdade de horários, poder se alimentar melhor etc.” (ANTUNES, 2020, p.28). Harvey (2020, p. grifos nossos) considera que esse tipo de comportamento acontece, pois

**As forças de trabalho em muitas partes do mundo são socializadas há muito tempo para se comportarem como bons sujeitos neoliberais, o que significa culpar a si mesmas ou a Deus se algo der errado, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema.** Mas mesmo bons indivíduos que defendem o neoliberalismo podem ver que há algo errado com a maneira como esta pandemia está sendo respondida. [...] A grande questão é: quanto tempo isso vai durar? Pode demorar mais de um ano e, quanto mais tempo, mais desvalorização, inclusive da força de trabalho. Os níveis de desemprego quase certamente subirão para níveis comparáveis aos da década de 1930 na ausência de intervenções estatais maciças que terão que ir contra o mantra neoliberal.

Não podemos esquecer de que as contradições do capital são óbvias e insuperáveis, sendo importante reconhecer que a relação trabalho e capital é uma relação desigual “[...] em que o que se perde é sempre muito maior do que aquilo que se ganha.” (ANTUNES, 2020, p.28). Sendo assim, como único vencedor desta batalha injusta, o capital irá continuar a expandir-se mesmo após o retorno da normalidade. É evidente que

[...] neste período pandêmico o capital vem realizando vários experimentos que visam intensificar e potencializar, pós-pandemia, os mecanismos de exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia. Uma vez mais, então, **os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora que, além de ser a única que não tem a menor responsabilidade por esta tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece** (ANTUNES, 2020, p.29, grifos nossos).

No campo da educação, as reformas foram iniciadas na década de 1990. No Brasil, trouxeram mudanças expressivas ao trabalho docente, entretanto, tais reformas não atuaram somente no âmbito escolar, mas no sistema de ensino como um todo. Sendo assim, Oliveira (2004, p. 1129) destaca que “[...] as reformas educacionais dos anos de 1990 tiveram como

---

9 *Home Office* ou escritório em casa é uma modalidade de trabalho que se popularizou durante o período pandêmico por permitir que trabalhadores realizem grande parte das atividades que realizariam nas empresas em seu ambiente domiciliar.

principal eixo a educação para a equidade social”, tendo como principal objetivo a formação dos indivíduos para a empregabilidade. Curiosamente, estas orientações educacionais são as mesmas defendidas e financiadas pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o FMI, a ONU, a UNESCO, dentre outros, para os países emergentes como o Brasil, que facilitaram e incentivaram a agenda destes organismos para a educação. Oliveira (2020) ressalta que o compromisso estabelecido pelas economias centrais do capital com a expansão da educação básica para os países periféricos não foi acompanhado, proporcionalmente, aos investimentos na área da educação, nestes mesmos países.

Na década de 1990, foi inaugurado o Movimento de Educação para Todos, ação que estabelece as bases e os fundamentos que vêm orientando e definindo as políticas educacionais nos países periféricos. De acordo com Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), as declarações são frutos das Conferências: de Jomtien, inaugurada no ano de 1990; de Nova Delhi, publicada no ano de 1993; e do Marco de Ação de Dakar, do ano 2000, as quais edificaram os pilares do Movimento de Educação para Todos. As autoras destacam como os principais fundamentos das referentes declarações que:

[...] primeiro, a reforma educacional dos anos 1990 no Brasil está atrelada à reforma do Estado, que, por sua vez, articula-se à dinâmica do capitalismo na última metade do século XX, marcada por uma crise de caráter estrutural; segundo, nesse contexto, os instrumentos internacionais de Educação, a pedido do grande capital, projetaram uma reforma educacional de largo espectro com base na noção de crise educacional e de sua auto-solução (a educação redimiria a si própria); por fim, a crise educacional é entendida como uma defasagem entre as exigências do sistema produtivo e as possibilidades do sistema (Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo, 2015, p. 26).

De acordo com Oliveira (2004, p. 1130), foi neste período de reformas que as redes educacionais configuraram seus aspectos físicos e organizacionais através de conceitos como os “[...] de produtividade, eficácia, excelência e eficiência”, sendo possível observar a incorporação de conceitos, de atitudes e de necessidades capitalistas nas atividades docentes. Reiteramos que estas reformas findam por determinar a reestruturação do trabalho docente, em que os professores passarão a ter maiores responsabilidades como, por exemplo, com o desempenho de cada aluno, da sua escola e inclusive do sistema do qual faz parte. “Diante desse quadro, os professores vêem-se, muitas vezes, constrangidos a tomarem para si a responsabilidade pelo êxito ou insucesso dos programas” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Defronte as novas condições exigidas pelas reformas neoliberais do capital e agudizadas na pandemia do novo coronavírus, o professor, em especial da escola pública, tem a incumbência de responder por demandas que estão além de sua formação. Mesmo antes da pandemia, grande parte dos profissionais em educação eram “[...] obrigados a desempenhar

funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132). Como resultado das reformas educacionais, novos ideais pedagógicos passam a vigorar como predominantes. Maia e Jimenez (2004, p. 106), explanam que

[...] a educação atual enfatizaria excessivamente a teoria, o conteúdo, a informação (o aprender a conhecer) e/ou a prática, ou seja, as habilidades e os saberes necessários à operacionalização de tarefas (o aprender a fazer). O plano das relações que os homens estabelecem entre si (o aprender a conviver) dos valores e das atitudes (o aprender a ser) seria sonoramente ignorado pela educação tradicional e “científica” de hoje.

Destarte, a implementação de reformas neoliberais no Brasil, a partir da redemocratização, traduz o papel de omissão do Estado brasileiro perante a oferta de serviços públicos essenciais à população em geral, em especial à parcela mais necessitada que precisa da assistência direta do Estado. A reforma trabalhista, previdenciária, fiscal e administrativa não atinge apenas os servidores públicos, mas toda a população brasileira, pois visam a restringir a prestação de serviços ao público entregando-os à iniciativa privada.

Na atual conjuntura, essa ausência do Estado é muito preocupante, pois a população brasileira está empobrecendo cada vez mais. É notório e público que o Brasil voltou ao *Mapa da Fome*, que já ultrapassou 14 milhões de desempregados formais, que os produtos da cesta básica e os principais insumos estão com seus preços inflacionados. Todavia, o salário do trabalhador não acompanhou, na mesma velocidade, esta alta vertiginosa. Deste modo, indagamos: se o brasileiro não consegue arcar com a nutrição básica mínima para sua sobrevivência, como diante de um período pandêmico poderá pagar por serviços básicos como os de saúde e os de educação?

### **3 O ensino remoto na Rede Municipal de ensino de Fortaleza: experiências de aprendizagem e possibilidades**

Com a pandemia e a suspensão das aulas presenciais devido à necessidade de implementação do isolamento social como principal prática para diminuição do contágio pelo novo coronavírus, a educação básica no município de Fortaleza, a partir de meados do mês de março de 2020, estabeleceu o ensino remoto como uma alternativa emergencial para dar continuidade às interações e ao processo de ensino-aprendizagem durante a quarentena, os principais instrumentos utilizados foram aplicativos, como *WhatsApp* e *Telegram*, além de plataformas digitais como *Google Meet*, *Zoom*, dentre outros.

Os impactos da pandemia na educação para os alunos são abrangentes e variados, podendo ser averiguados em aspectos diversos como questões relacionadas ao acesso de mecanismos básicos como: computador, *notebook*, *Wi-Fi*, celular, *tablet*, rede 4G, dentre outros. Como problemas sociais, resultantes da ausência de aulas presenciais, podemos observar: a carência de acesso à merenda escolar, à quebra do ritmo de estudo e uma maior exposição a situações de violência em casa. Cabe elencar também os aspectos relativos à aprendizagem como: as dificuldades de compreensão dos conteúdos sem o apoio presencial do professor e dos colegas de turma, além da falta de auxílio em casa para a realização das atividades. A professora Eloísa Vidal, em matéria do Jornal O Povo, de 11 de dezembro de 2020 indica que,

A educação com uso de tecnologias para alunos dessas faixas etárias - 6 a 10 anos e 11 a 14 anos - exige conhecimentos técnicos e pedagógicos que vão muito além de produzir conteúdo e disponibilizar por alguma ferramenta online. Não é à toa que os estudiosos da educação a distância resistem tanto a introduzir essa modalidade de ensino na educação básica (VIDAL, 2020).

Com relação aos docentes, as dificuldades expressam-se na falta de preparo para adaptar a dinâmica da sala de aula para o ambiente virtual, na ampliação da jornada de trabalho sem aumento da remuneração e na pressão para a rápida adequação ao ensino remoto. Em outros termos, o docente vê-se forçado: a manejar ferramentas de ensino *on-line*, muitas vezes antes, totalmente desconhecidas; a fazer o uso de plataformas digitais; a gravar e postar videoaulas; a realizar e mediar videoconferências; além de todo o planejamento necessário para elaborar os conteúdos a serem trabalhados.

O aumento dessas demandas configura sobrecarga de trabalho e ampliação das atividades relacionadas ao ensino, as quais o docente não é remunerado adicionalmente e, muito menos, teve uma formação específica para este tipo de ensino. A esfera da vida privada do professor também deixa de existir, ao passo que muitos profissionais utilizam seus aparelhos celulares e/ou computadores de uso pessoal para administrar o ensino remoto, divulgando seus números de telefone e e-mails privados para toda a comunidade escolar. Conforme relatos de alunos e docentes apurados pela jornalista Luíza Tenente, em matéria vinculada ao Portal G1 do dia 05 de maio de 2020, sobre a rotina do projeto de educação remota em tempos de pandemia, observa-se o caráter de precarização e dicotomia quando professores relatam que:

Nosso celular virou instrumento de trabalho. Não autorizei que usassem meu número para colocar em grupos de WhatsApp com alunos. Ninguém garante minha segurança e minha privacidade, não sei o que poderiam fazer com o meu contato [...] Acordo e durmo trabalhando. A escola pediu para estipularmos um horário, mas os pais nunca estão disponíveis durante o dia, porque também têm seus empregos. Uma mãe sempre chega às 23h e me manda mensagem com dúvida. Vou deixar de responder? Não vou. (TENENTE, 2020).

Diante do exposto, percebemos que uma das principais razões de correlacionar a precarização do trabalho docente ao estabelecimento do ensino remoto na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza encontra-se no quantitativo das experiências vividas pelos professores municipais, que já vivenciavam no sistema escolar público municipal um ambiente de extrema escassez, acentuado pela pandemia do novo coronavírus, o que reflete na deterioração de suas condições de trabalho. Seja pelo aumento das demandas cotidianas, que no decorrer da pandemia, aumentaram o embaraçamento entre a vida privada e a vida profissional, não impondo limites entre ambas, seja pela participação em outras atividades para além da “sala de aula”, atualmente virtual, ou mesmo, pela gradação de funções, antes inimagináveis aos profissionais docentes, os quais precisam disponibilizar-se 24 horas por dia, atribuídos pelo novo formato de ensino remoto.

Rosilene Corrêa, diretora do Sindicato dos Professores no DF (Sinpro-DF) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), destaca que os maiores desafios para os trabalhadores da área da educação no ano de 2021 estarão pautados na “[...] recuperação dos prejuízos causados pela pandemia e a luta contra a reforma administrativa e contra o congelamento salarial” (CNTE, 2021).

Devemos pensar, que qualquer tipo de recuperação no campo da educação deve considerar em quais condições de trabalho os profissionais do campo educacional estarão expostos, tendo um ambiente salubre para a prática docente e condições mínimas para exercer sua profissão, tais como Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e vacina. Cabe ressaltar que a recuperação de conteúdos e de aprendizados do ano letivo de 2020 não podem ser tarefa exclusiva do professor ou da escola. Deve ser responsabilidade do Estado representado pelo Ministério da Educação (MEC) e das Secretarias de Educação em âmbito Estadual e Municipal. A chave para o processo de recuperação do ano letivo de 2020 está pautada no investimento financeiro nas escolas públicas, na melhoria das condições estruturais e das demandas referentes à conjuntura posta.

### **Considerações Finais**

Concluimos que a precarização do trabalho já estava estabelecida como uma categoria basilar para a edificação da nova nuance do capitalismo contemporâneo, caracterizada pelo capital monopolista-financeiro.

Avaliamos que os Estados capitalistas demonstram, estarem mais preocupados em concentrar seus esforços na salvação do mercado financeiro e na manutenção das taxas de lucro das grandes corporações financeiras, em detrimento de salvar vidas humanas.

Neste sentido, culpabilizamos as burguesias predatórias globais pelo desespero pela volta da produção, impondo pressão pelo *fim do isolamento social* e pela retomada da *normalidade*, mesmo diante de picos de mortalidade da doença.

Consideramos lamentável e delituosa a atual postura do governo brasileiro, em desdenhar e depreciar a gravidade do vírus Sars-cov-2, que causa a doença da COVID-19, ao não seguir as orientações da OMS, além de utilizar meios oficiais para incentivar a população com tratamentos preventivos não reconhecidos pela comunidade científica internacional. Além do fato, de continuamente negar a pandemia, o governo federal eximiu-se do compromisso de garantir a compra da vacina e de insumos básicos para a sua produção, o que acarretou uma segunda onda, muito mais mortal.

Em linhas gerais, reafirmamos o discurso de defesa da Organização Mundial de Saúde (OMS), que indica como única saída para evitar a propagação do coronavírus: o distanciamento social, o uso de máscaras e o isolamento e/ou quarentena, mesmo após o início da vacinação. Pois em síntese, sem estas medidas a classe proletária continuará sendo a classe mais contaminada, a que mais adoece e a que morre em maior quantidade.

Por fim, certificamos que a instituição do ensino remoto como possibilidade educacional de continuidade da interação entre professor e aluno, foi pensada bem antes da disseminação da pandemia da COVID-19, visto que, diversas diretrizes de organismos internacionais já almejavam a implementação de conteúdos e experiências pedagógicas cada vez mais exíguas a serem ofertados aos filhos da classe proletária, ou seja, os projetos emergenciais de educação remota revelam o verdadeiro abismo social em que se encontra a escola pública brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia capital).

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. **Jacobin Brasil** 21 mar. 2020. Tradução Cauê Seigner Ameni. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/03/politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 13 maio 2020.

KOTTASOVÁ, Ivana. The world marks 2 million coronavirus deaths. The real toll is likely much higher. **CNN**, January 19, 2021. World. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2021/01/15/world/two-million-coronavirus-deaths-intl/index.html>.  
Acesso em: 20 jan. 2021.

MAIA, Osterne; JIMENEZ, Susana. A chave do saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. In: JIMENEZ, Susana, RABELO, Jackline. (Org.) **Trabalho, educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história**. Fortaleza: Tropical, 2004. p. 105-124.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro** – Revista do Instituto de estudos Socialistas, São Paulo, n. 4, p. 7-15, 02/2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-crise-estrutural-do-capital/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em: 16 set. 2020.

QUAIS são os desafios da educação para 2021? **CNTE**, Distrito Federal, 14 jan. 2021. Notícias. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73670-quais-sao-os-desafios-da-educacao-para-2021>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O programa de Educação Para Todos em prol da sustentabilidade do capital na contemporaneidade. In: RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Org.). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. (E-book). Disponível em: <http://www.livros.ufc.br/ojs/index.php/posgraduacao/article/view/47/43>. Acesso em: 26 out. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia capital).

TENENTE, Luiza. Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. **Portal G1**, 05 maio 2020. Educação. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VIDAL, Eloisa. Eloisa Vidal: Tecnologias, sim; educação a distância, não. **O Povo**, Fortaleza, 11 dez. 2020. Opinião. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/25/elouisa-vidal--tecnologias--sim--educacao-a-distancia--nao.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.